



ISSN 1988-7833
<https://doi.org/10.51896/ccs>

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers Dialnet MIAR Scúpira

HANNAH ARENDT: BANALIZAÇÃO DO MAL E NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Ângelo Assis da Rocha

<https://orcid.org/0000-0002-7423-6302>
Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB
E-mail: angelo.assis.rocha@gmail.com

Víllian da Costa Herculano

<https://orcid.org/0000-0002-8152-4994>
Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB
E-mail: villian_etica@hotmail.com

José Alcimar de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0003-4155-503X>
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
E-mail: jalcimar1956@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ângelo Assis da Rocha, Víllian da Costa Herculano y José Alcimar de Oliveira: “Hannah Arendt: banalização do mal e naturalização da violência”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 8 octubre-diciembre 2021, pp. 420-432). En línea:

<https://doi.org/10.51896/CCS/QMMS4273>

RESUMO

Compreender o conceito de banalidade do mal, em Hannah Arendt, e sua relação com a violência nos dias atuais, é o fio condutor deste artigo de autoria coletiva. Pensadora política da condição humana, Hannah Arendt nos desafia a refletir sobre os rumos da humanidade nesse início do século XXI a partir de suas análises filosóficas sobre os tempos sombrios da barbárie, do holocausto, da violência e do mal banalizado em que a ideologia nazista mergulhou a humanidade na primeira metade do século XX. Como é possível reinventar um projeto civilizatório que nos garanta a negação da barbárie e da naturalização do mal? Sob a referência do método da hermenêutica, cujo papel epistemológico é interpretar o fenômeno investigado, pensamos contribuir para uma consciência ética e um discernimento político que impeçam a humanidade de recair na repetição de Auschwitz. O discernimento e o exercício do pensar propostos por Hannah Arendt, só serão possíveis mediante um projeto educacional civilizatório no qual a vontade de estar-no-mundo, o *amor mundi*, afaste os riscos de aniquilamento do Outro e das próximas gerações. Por fim, reconhecemos que a contribuição de Hannah Arendt, ao desvelar contexto político dos tempos sombrios do século XX, permanece vigorosa e atual como ferramenta crítica e analítica para compreender a regressão política em curso no Brasil do século XXI.

Palavras-Chave: Banalidade do Mal, Violência, Tempos Sombrios, Hannah Arendt.

HANNAH ARENDT: BANALIZACIÓN DEL MAL Y NATURALIZACIÓN DE LA VIOLENCIA

RESUMEN

Comprender el concepto de la banalidad del mal en Hannah Arendt y su relación con la violencia en los días actuales es el hilo conductor de este artículo de autoría colectiva. Pensadora política de la condición humana, Hannah Arendt nos desafía a reflexionar sobre los rumbos de la Humanidad en este inicio del siglo XXI a partir de sus análisis filosóficos sobre los tiempos sombríos de la barbarie, del Holocausto, de la violencia y del mal banalizado, en los cuales la ideología nazi sumergió a la Humanidad en la primera mitad del siglo XX. ¿Cómo es posible reinventar un proceso civilizatorio que nos garantice la negación de la barbarie y la de la naturalización del mal? Bajo la referencia del método hermenéutico, cuyo papel epistemológico es interpretar el fenómeno investigado, pensamos contribuir para una consciencia ética y un discernimiento político que impidan a la Humanidad recaer en la repetición de Auschwitz. El discernimiento y el ejercicio de pensar propuestos por Hannah Arendt, sólo serán posibles mediante un proyecto educativo civilizatorio en el cual, la voluntad de estar en el Mundo - el "amor mundi"- aleje los riesgos del aniquilamiento del Otro y de las próximas generaciones. Por fin, reconocemos que la contribución de Hannah Arendt, al desvelar el contexto político de los tiempos sombríos del siglo XX, permanece vigorosa y actual como herramienta crítica y analítica para comprender la regresión política en curso en el Brasil del siglo XXI.

Palabras clave: Banalidad del Mal, Violencia, Tiempos Oscuros, Hannah Arendt.

HANNAH ARENDT: BANALIZATION OF EVIL AND NATURALIZATION OF VIOLENCE

ABSTRACT

Understanding the concept of the banality of evil, in Hannah Arendt, and its relationship with violence today, is the guiding thread of this collectively authored article. A political thinker of the human condition, Hannah Arendt challenges us to reflect on the direction of humanity at the beginning of the 21st century, based on her philosophical analyzes of the dark times of barbarism, the holocaust, violence and trivialized evil in which Nazi ideology has plunged humanity in the first half of the 20th century. How is it possible to reinvent a civilizing project that guarantees us the denial of barbarism and the naturalization of evil? Under the reference of the method of hermeneutics, whose epistemological role is to interpret the investigated phenomenon, we think to contribute to an ethical awareness and a political discernment that prevent humanity from falling back on the repetition of Auschwitz. The discernment and exercise of thinking proposed by Hannah Arendt will only be possible through a civilizing educational project in which the will to be-in-the-world, the amor mundi, removes the risk of annihilation of the Other and of the next generations. Finally, we recognize that Hannah Arendt's contribution, in unveiling the political context of the dark times of the 20th century, remains vigorous and current as a critical and analytical tool to understand the ongoing political regression in 21st century Brazil.

Key-words: Banality of Evil, Violence, Dark Times, Hannah Arendt

INTRODUÇÃO

O conceito de banalidade do mal, da pensadora política Hannah Arendt, mais do que adquirir estatuto de reconhecida cidadania filosófica no pensamento político contemporâneo, converteu-se em fecundo instrumento conceitual para elaborar um diagnóstico dos tempos sombrios da era contemporânea. Hannah Arendt não só pensou os tempos sombrios como um objeto de interpretação, mas experimentou ela mesma seus efeitos no século XX, sob a barbárie do nazismo. Nesse contexto se pode observar uma de suas obras mais importantes: *Eichmann em Jerusalém*, que traz o conceito *banalidade do mal*, concepção que enaltece a pensadora política que mais se dedicou à compreensão do mal contemporâneo

As inquietações filosóficas que movem nosso pensar em torno da problemática sobre o conceito de banalização do mal proposto por Hannah Arendt é um convite ao mundo contemporâneo para repensar o futuro da humanidade. Diante dessa preocupação, elucidamos um direcionamento capaz de guiar nosso espírito filosófico em busca de um caminho que possa permitir a urgência de um conhecimento engajado com a humanidade e seu destino. Como é possível reinventar um projeto civilizatório que nos garanta meios para resistir e evitar a barbárie, tanto quanto a naturalização do mal?

A problemática proposta, assim como a escolha do tema, são pertinentes, pois vivenciamos o fenômeno da indiferença da razão, o que Kant denomina de *misologia*, ou seja, aversão à razão, indiferença diante do exercício do pensar inserido em contexto sombrio. Os objetivos deste estudo consistem em analisar as categorias filosóficas mobilizadas por Hannah Arendt como a banalidade do mal, a naturalização da violência e o avanço da barbárie. O papel da Filosofia, diante desse quadro regressivo, é ser a própria guardiã da *ratio*, para recorrer a Heidegger.

Para a compreensão desse fenômeno o artigo se estrutura em três partes: na primeira, iremos abordar o conceito de banalização do mal sob a ótica arendtiana, refletindo sobre a violência nos tempos atuais, seu processo de naturalização e as relações com o poder

Na segunda, pensamos o processo de naturalização da violência e os seus desdobramentos como mecanismo de poder que, de acordo com a concepção filosófica de Arendt, concorrem para fortalecer o processo de banalização do mal.

Por fim, na última parte, propomos uma discussão filosófica sobre o ciclo da violência e a sua repetição histórica, implicações presentes tanto na conjuntura atual da civilização ocidental quanto na sociedade brasileira nessa terceira década do século XXI. O método de análise para a compreensão do fenômeno sobre o qual se debruçou nossa investigação está pautado na perspectiva da hermenêutica da profundidade.

A hermenêutica concebida por John Thompson (2018) se baseia nas discussões de Paul Ricoeur sobre a interpretação das formas simbólicas, é que priorizamos nesse estudo o significado inerente ao objeto filosófico que é, sobretudo, interpretar as análises arendtianas sobre a naturalização do mal. Consideramos também a relevância da racionalidade argumentativa (Habermas *apud* Aragão, 2016), enquanto instrumento hermenêutico, visto que nossa reflexão se propõe a analisar as implicações da banalidade do mal a partir de outro “paradigma”, para além da

racionalização técnico-instrumental do Ocidente e da coisificação técnico-científica, que produziu deuses e monstros no mundo moderno, sobretudo, por força da cópula entre capitalismo e ciência experimental, denunciada por Ortega y Gasset (2019), em seu livro *A rebelião das massas*.

Revisitar o conceito de banalidade do mal é contribuir para uma reflexão filosófica sobre o mundo contemporâneo, que se apresenta diante de nós numa dialética líquida, como diz Zygmunt Bauman (2021). Estamos diluídos e imersos em tempos sombrios, categoria presente no pensamento arendtiano.

O arsenal filosófico de Arendt sobre a compreensão da política e da condição humana encoraja-nos para um renascimento da experiência histórica e que possamos permanecer enraizados no seguinte questionamento: qual democracia? Para quem? Qual educação?

1. O CONCEITO DE BANALIZAÇÃO DO MAL: UM FENÔMENO EM ANÁLISE FILOSÓFICA

“Que continuemos a nos omitir da política, é tudo o que os malfetores da vida pública mais querem”.
(Bertolt Brecht)

A Segunda Guerra Mundial (1939 -1945) foi um dos conflitos armados mais assustadores já registrados na história da humanidade. Durante esse período da história Adolf Hitler marca o mundo ocidental com a sua vontade de domínio total, que se materializa como política de Estado a partir de sua ascensão ao poder, cujas marcas destrutivas de ódio organizado, eliminação do diferente e totalitarismo político imprimiram na Europa a mais cruel combinação entre barbárie e civilização técnica. O conceito de poder proposto por Arendt diz respeito à objetivação das leis e do apoio do povo: “esse apoio não é mais que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência” (Arendt, 2016b p. 35).

Um aspecto dessa racionalidade a serviço da barbárie pode ser objetivado na personalidade de Adolf Eichmann, figura que personifica a crueldade do holocausto nazista, responsável pela morte de milhões judeus, ciganos, homossexuais, crianças e idosos. Sua personalidade chegou a ser considerada tão controversa por Hannah Arendt, que passou a considerá-lo como um novo modelo de criminoso.

A pensadora do holocausto analisou o comportamento e conduta de Eichmann, homem fiel ao nazismo. Arendt percebeu diante da sua narrativa que a humanidade estava frente a frente com um novo modelo de criminoso, *hosti humani generis* (inimigo do gênero humano), no qual poderia participar direta ou indiretamente de assassinatos em massa num sistema totalitário.

Esse novo tipo de criminoso só pode ser entendido a partir de uma nova profissão: o burocrata. Para um burocrata, a função que lhe é própria não é a de responsabilidade, mas sim de execução (Arendt, 2018, p.93). Sua frase clichê: *eu só cumpro ordens* personifica a fidelidade ao nazismo de um burocrata realizado com o cumprimento obcecado da ordem genocida. Ele reúne, sob forma política, ódio, frieza e perversão.

Eichmann era um homenzinho magro, com pernas arqueadas e nariz de gancho, descrição feita por Arendt, ele não era considerado um perdedor, socialmente desajeitado, com pouco para se redimir. Em 1960, sequestrado num subúrbio de Buenos Aires por um comando israelense,

Eichmann foi levado para Jerusalém, “para o que deveria ser o maior julgamento de um carrasco nazista depois do Tribunal de Nuremberg” (Arendt, 2017, p.55).

O seu compromisso inquestionável com as ordens, juntamente com sua necessidade de eficiência implacável, permitiu-lhe seguir uma carreira que o transformou em um dos maiores assassinos em massa de toda a história da humanidade (Arendt, 2017, p.59). A pensadora Hannah Arendt propõe a discussão do que seria a banalidade do mal pela falta do livre pensamento de Eichmann, destacando a necessidade da análise político-filosófica sobre o relato de um carrasco no epicentro da política de extermínio dos judeus.

É importante destacar que Eichmann não era um assassino puramente de convicção. O mal que possuía era banal, não havia explicações lógicas ou até convincentes para os crimes que cometia e não possuía motivos ideológicos ou demoníacos (Arendt, 1995, p. 5). Tratava-se de um carrasco que era “vagamente consciente”. Ausente da capacidade de pensar sobre seus atos, importava-lhe apenas o cumprimento cego do agir *hosti humani generis*, um novo criminoso do gênero humano.

Será que a natureza da atividade de pensar, o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja, o mal banal, como fruto do não-exercício do pensar?

É nesse sentido que surge o conceito de banalização do mal, compreensão acerca do ser humano por sua condição de subserviência, o que La Boétie (2017) concebe como servidão voluntária, praticada por Eichmann em sua função burocrática do extermínio, tortura e violência.

Todos esperavam ali um monstro sanguinário, porém surge um funcionário medíocre, um arrivista incapaz de refletir sobre seus atos ou de fugir aos clichês de um indivíduo cúmplice da perversidade. É justamente nesse contexto que o olhar lúcido de Hannah Arendt traz as maiores contribuições para pensar a banalidade do mal no mundo contemporâneo, suas implicações para a política, direitos humanos e, essencialmente, para a questão da alteridade, isto é, a responsabilidade de assumir o Cuidado, no sentido heideggeriano, pela existência do Outro (Nunes, 2017, p.88).

Na análise da filósofa sobre a futilidade desse “monstro sanguinário”, a consciência de Eichmann manifesta-se sem nenhum resquício de culpabilidade ou pecado:

[...] quanto à sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso “cuidado” (Arendt. 2017, p.170)

Arendt (2016b) considera a morte e a violência contra a condição humana como atos extremos e criminosos, denominando-os de horror, atrocidade, falta de amor pelo próximo, assim como tantas outras maneiras de negação da alteridade, condição esta necessária para o sentido ético e político, o que Paul Ricoeur (apud Levinas, 1999) chama de Outrem, Outramente. Neste sentido, a banalidade

pode ser compreendida como um complexo de poder, violência, alienação, segregação, burocratização, normatização e egoísmo.

Conduzir judeus para a câmara de gás, valas da morte e campos de concentração, caracteriza o alcance de um projeto ideológico de maior objetivação da barbárie contra aqueles que foram forçados a fazer trabalho escravo até a exaustão física, moral e espiritual. Não refletir sobre a naturalização do mal significa não se permitir questionar sobre agir, significa negar-se a pensar por considerar que a vida vivida e regida sob o regime aceito como normal dispensa o pensamento.

Para Immanuel Kant (2019), o mal é como uma vontade descontrolada, privada das representações da razão. Conceito este abordado no sentido de uma vontade restrita ao indivíduo em suas formas de pensar o mundo individualmente, com propósitos longínquos da ideia do que Kant pensa como algo agradável, aquilo que é bom universalmente. É neste momento que Kant e Arendt podem explicitar o conceito de boa vontade e amor ao próximo; temática presente em sua tese de doutorado sobre o pensamento de Santo Agostinho: uma vontade boa em si mesma, com a qual o indivíduo possa refletir sobre o próximo e sobre si mesmo.

Os conceitos de boa vontade no sentido kantiano contribuem para repensarmos os princípios válidos em virtudes das vontades do ego(ísmo), o que no sentido arendtiano corresponde à negação dos princípios éticos e políticos:

Eles dizem que seria bom praticar ou deixar de praticar qualquer coisa, mas // dizem-no a uma vontade que nem sempre faz qualquer coisa só porque lhe é representado que seria bom fazê-la. Praticamente *bom é, porém* aquilo que determina a vontade por meio de representações da razão, por conseguinte não por causas subjectivas, mas objectivamente, quer dizer por princípios que são válidos para todo o ser racional como tal. Distingue-se do *agradável*, pois que este só influi na vontade por meio da sensação em virtude de causas puramente subjectivas que valem apenas para a sensibilidade deste ou daquele, e não como princípio da razão que é válido para todos (Kant, 2019, p.49).

Dessa forma, pensar a banalização do mal, é pensar em indivíduos como Eichmann, cujos atos são resultados de um cumprimento acrítico de ordens superiores, isto é, representante de uma corporação, destituído de seu corpo de sujeito ético-político, capaz de executar banalmente o mal: o banal incide no fato de que *ele apenas cumpria sua tarefa*, totalmente legalizada pelo Estado, naquelas circunstâncias. Há aqui uma fratura entre ética e legislação, uma *protocolização* da violência, a maquinaria do poder a serviço da tortura, da aniquilação da condição humana.

A obediência de Eichmann a serviço da tirania e da brutalidade, comportamento e atividades desprezíveis de quem deseja manter o tirano no poder, causa perplexidade em seu depoimento: “Após um curto intervalo senhores, iremos nos encontrar novamente, esse é o destino de todos os homens. Viva a Argentina, viva a Áustria. Eu não as esquecerei” (Arendt, 1995, p. 98).

A ausência de representação da razão kantiana implica para a concepção arendtiana indícios da naturalização da violência e seus desdobramentos. Os atos de Eichmann não são desculpáveis ou inocentes, porém, foram frutos da “normatização”, cumprimento cego aos comandos de seu líder e da violência por meio de um sistema baseado na suspensão dos direitos humanos. Um poder que

“legalizou” o estado de exceção – a tortura, a prisão sem julgamento e o extermínio em massa (Arendt, 2017, p. 74).

2. A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E AS RELAÇÕES DE PODER

Em sua análise, Hannah Arendt diz que ao segregar e diferenciar nossa condição, impossibilitando a autonomia, dignidade e liberdade, conduz certamente o indivíduo para a perspectiva da dominação, humilhação, ferindo e violentando os demais para que o poder se estabeleça. Assim, as atitudes violentas e banalizadas tornam-se e voltam-se à condição animal.

Pierre Bourdieu (2007) destaca que a violência traz em si a dimensão simbólica sobre os indivíduos. Na análise histórica do depoimento do carrasco nazista Eichmann, Arendt traz a compreensão da “invisibilidade” dos meios e dos fins imprevisíveis do uso coercitivo dessas forças simbólicas. A violência é, por natureza, instrumental, um meio que visa justificar um fim: “A violência é muda, silencia a troca de opiniões e é usada como meios para obter determinados fins [...] a força. O uso da violência é intrinsecamente imprevisível e perigoso, porque jamais garante o resultado adequado” (Arendt apud Saad, 2017, p. 11).

A filósofa destaca que o uso da força e da violência, uma vez institucionalizadas pelo Estado, imprime resultados que potencializam a desmedida da razão humana. “Uma vez que introduzida a violência, dor e sofrimento espalham-se em níveis que não podem ser enfrentados e controlados” (Assy, 2018).

A discussão sobre a banalização do mal é vista pelos pensadores da escola de Frankfurt como um mal radical que pode esfacelar o mundo contemporâneo. Marcuse (2016) na obra *O homem unidimensional* faz uma análise do pensamento único, o que nos preocupa profundamente ao perceber que indivíduos que pensam de modo linear, obcecados pela normatização e homogeneização institucionais, ainda estão presentes no nosso cotidiano.

Adorno & Horkheimer (1985) denunciaram o caráter nocivo da razão instrumental, procedimento que a razão totalitária assumiu para danificar, ofuscar e empobrecer a condição humana. Os autores ressaltam que tal projeto produz uma semicultura, visto que o programa político educacional também produz a semiformação e subformação, conseqüentemente, uma subcidadania, conceito presente na obra do sociólogo brasileiro Jessé Souza (2018). Vida superficial e consciência supérflua dialogam e se alimentam mutuamente:

O “mal radical” é aquele que, praticado pelos totalitarismos, reduz a pessoa humana à condição de supérfluo e a incapacita para a vida social e para a vida política, na medida em que erradica os vários sentidos que a ação humana possa assumir reservando-lhe a superficialidade como posição mais adequada (Arendt, 2009, p. 510).

O poder da política e a política do poder se constituem em campos de lúcida e inquietante intervenção da pensadora política Hannah Arendt, como podemos atestar a seguir:

O poder como a habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto, produz um poder que nunca é

propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando podemos dizer que alguém está 'no poder' na realidade nos referimos ao fato que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome [...] sem um povo ou grupo não há poder (Arendt, 2009, p.60-61).

O poder é também um jogo de palavras para manipular as massas, sustentado por forças midiáticas corporativas e seu alcance pode transbordar do que Habermas (2019) destaca na obra *Ética da Discussão e a Discussão da Verdade*, ao considerar aspectos relevantes da dimensão ética presente nos discursos, como o discurso político-ideológico das sociedades atuais.

Para Foucault (2021), o exercício do poder nas sociedades pós-modernas encontra maior alcance para aplicar seus métodos de perversidade. A teoria do *Panóptico* proposta por Foucault explicita o domínio das sociedades perversamente politizadas sobre os indivíduos. O *panoptismo* representa o olhar de controle sobre os corpos, sobre os desejos e a vontade dos indivíduos.

A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda parte: um corpo de milícia considerável comandado por bons oficiais e gentes de bem, corpos de guardas nas pontas, na prefeitura e em todos os bairros para tornar mais pronta a obediência do povo, e mais absoluta autoridade[...] (Foucault, 2021 p. 190).

O método da vigilância e da punição, próprio dos sistemas totalitários, exerce o poder disciplinar e administrativo, sem que as vítimas, assim como fora em Auschwitz, tenham a chance de rebelar-se, pois o olhar circular do panóptico enxerga todos os espaços da presença humana para destruir a condição humana em sua essência. É o que Hannah Arendt adverte quando analisa o depoimento de Eichmann.

3. O CICLO DA VIOLÊNCIA E SUA REPETIÇÃO HISTÓRICA

“Para que a utopia renasça, é preciso a confiança no potencial humano à altura da tarefa de reformar o mundo”
(Zygmund Bauman).

A leitura que realizamos até o momento neste estudo sobre a banalização do mal situa-nos diante da história presente, porém, à luz do passado, convite filosófico-reflexivo para o espírito humano enxergar as experiências dramáticas: guerras, fome, pestes, epidemias, pandemias, entre muitas mazelas que, no dizer de Benjamim (2017), indica que o perigo está na cumplicidade silenciosa com o destino.

Na ótica arendtiana, a política é momento de decisão coletiva sobre o destino dos homens. É necessário impedir o avanço do que Alain Badiou (2018) denomina de fascismo democrático, encarnado em sujeitos como Trump, Bolsonaro ou Netanyahu.

Conforme Racy (s/d), a instrumentalização da lógica da violência no contexto brasileiro institucionaliza-se dentro de um gabinete do ódio, alimentado midiaticamente e o que mais nos causa perplexidade, é que o espetáculo tem plateias on-line sem nenhuma reação ou indignação cívica e coletiva. Na atual conjuntura brasileira, o gabinete do ódio não só viola a pluralidade dos indivíduos,

como também representa a personificação do que Max Weber (2017) denomina de legitimação da violência do Estado.

Hobbes (2020) diria que o governante desorientado e desarticulado é como uma doença que se assemelha a pleurisia, doença que causa muita febre e muita dor na membrana do tórax, nesse caso, o Estado. “Também existe às vezes no Estado uma doença que se assemelhe à pleurisia, quando o tesouro do Estado, saindo de seu curso normal, se concentra com demasiada abundância em um ou vários indivíduos.” (Hobbes, 2020 p.249).

Em síntese, pensando na contramão das ideias do filósofo Hobbes, poderíamos dizer que na regressão política a que o Brasil está submetido, temos não um Estado forte, mas um Estado cada vez mais enfraquecido diante da conduta de um governante autoritário que faz da política a mediação do ódio e da negação daqueles que, por exercerem o democrático direito de crítica e divergência, tornam-se alvo do chamado gabinete do ódio.

A violência é a instrumentalização da potência e da força com vista à sua ampliação, e a força é a energia liberada, que pode ser utilizada para fortalecer ou não as relações sociais, logo violência e poder são categorias contraditórias: “A violência é capaz de destruir o poder, mas nunca de substituí-lo [...], nem poderá reconstruí-lo ou recuperá-lo (Arendt, 2016b, p. 214).

Quando o poder se afasta da ética e do bom senso tende a se degenerar em violência, em arbítrio, em capricho do mandatário de ocasião, que não admite limites para disseminar o discurso de ódio e, de forma servil, mobilizar os governados pelo medo e fabricação imaginária de inimigos. Sua função está a serviço do extermínio humano, primeiramente no plano do pensamento e, se necessário, pelo extermínio físico. Hannah Arendt, na obra *Eichmann em Jerusalém*, já nos deixou esse terrível diagnóstico. Sobre o discurso gerador da morte e da vida humana, Ezequiel (2015) afirma que:

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor. A fim de formar um conceito satisfatório, devem ser aprofundados esses dois aspectos, começando pela externalidade (Ezequiel, 2015, p. 447).

Segundo o alerta de Levitsky & Ziblatt. (2018), “a democracia atualmente não termina com uma ruptura violenta nos moldes de uma revolução ou de um golpe militar; agora, a escalada do autoritarismo se dá com o enfraquecimento lento e constante de instituições críticas – como o judiciário e a imprensa – e a erosão gradual de normas políticas de longa data”.

Somente o empenho coletivo para a construção de um projeto civilizatório pode garantir entre o presente e o futuro um mundo comum. Arendt (1995) propõe engajar nossas expectativas por meio de um projeto amplo, o qual possa acolher todas as gerações, em especial, as crianças. É fundamental que as estruturas vigentes que mantêm o ciclo da violência, sejam alteradas. Na ótica de Arendt,

Parece-me que o conservadorismo, no sentido de conservação, faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre

abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo (Arendt, 1995 p.242).

A pensadora do holocausto acrescenta que “a educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados[...]”. Diante dessa orientação filosófica, educar as crianças possibilita a reinvenção do mundo por meio da tarefa educacional, visto que ela é a base de conscientização para o homem contemporâneo. Heidegger (apud Nunes, 2017) revela que o sentido “é aquilo em que se apoia a compreensibilidade de algo”, caso contrário, nossas projeções recaem numa dialética do excesso e de privação da própria liberdade.

Na obra *Dialética do esclarecimento* (Aufklärung), escrita em 1947, Adorno & Horkheimer nos chamam a atenção para o conceito de indústria cultural, forma dominante de relação com a cultura no capitalismo tardio e que oprime a liberdade intelectual dos sujeitos por meio da massificação de suas consciências. A indústria cultural produz sujeitos coisificados, alienados de seu contexto histórico e de si mesmos.

Adorno (2020, p.27) reconhece as contribuições de Freud ao afirmar que "a civilização produz a anticivilização". Na análise sobre a psicologia das massas, Freud e Adorno encontram-se diante do conceito de mal-estar na cultura, reflexões pertinentes para que possamos entender, conforme Adorno, que “se no próprio princípio da civilização está implícita a barbárie, então repeti-la tem algo de desesperador”.

Assim como Arendt que se preocupou com o papel do educador para a formação das crianças e que esta tenha um *amor mundi* capaz de preservar a condição humana e a durabilidade do nosso estar-no-mundo, Adorno aponta para o sentido da educação autocrítica e emancipatória, projeto filosófico que concorre para evitar a reincidência das tendências desagregadoras que dão vazão ao ódio.

Por isso, com bem acentua, é necessário concentrar-se na primeira infância:

Se falo da educação após Auschwitz, tenho em mente dois aspectos: primeiro, a educação infantil, sobretudo na primeira infância; depois, o esclarecimento geral, criando um clima espiritual, cultural e social que não dê margem a uma repetição; um clima, portanto, em que os motivos que levaram ao horror se tornem conscientes, na medida do possível (Adorno, 2020, p.36).

Noutro texto, *O que significa elaborar o passado?*, Adorno justifica o desejo de nos libertar do passado, da corrosão do terror e da violência, indiscutivelmente fenômenos neuróticos de um passado irracional embasado na desmesura do mal. Reelaborar o passado para que a humanidade não se aliene da memória, assim como não renove a desgraça, e que não nos tornemos uma massa amorfa, se faz urgente um projeto educacional em que não haja lugar para a repetição do “aspecto sombrio de Auschwitz”. Adorno conclui que "se pode fazer alguma coisa pela educação, pelo esclarecimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos como incontornável a reflexão de Hannah Arendt para pensar o significado e as consequências da barbárie nazista para a humanidade. Seus conceitos são ferramentas indispensáveis para a elaboração de um diagnóstico da civilização contemporânea. Pensar a banalidade do mal é, simultaneamente, pensar a condição humana a partir das reconciliações entre o pensar e o agir dos indivíduos, a experiência política, social, ética e moral do homem (*zoom politikon*) e sua responsabilidade para com o mundo (*amor mundi*).

. Para a consciência filosófica é fundamental o uso dialético dos conceitos, sem o que corremos o risco de empobrecer a interpretação e a compreensão da realidade. O mundo é permeado de pluralidade e manter vivo o espírito do questionamento nos previne da tentação de respostas mecânicas e apressadas. Sem o cultivo do espírito filosófico como é possível reinventar um projeto civilizatório capaz de se contrapor às investidas da barbárie e negar os processos de naturalização do mal?

. O projeto crítico arendtiano convida-nos a discutir sobre o presente – futuro; se não desejamos a desumanização do Outro, elemento marcante do totalitarismo, não esqueçamos o passado, tempo inóspito que arruinou o sentido originário da política e da condição humana.

A política deve ser reinventada, assim como um projeto educacional civilizatório, segundo o qual a educação resgate seu significado público. É necessário construir um juízo comum para preservar e renovar o mundo. Arendt convida-nos a questionar e indagar sobre o papel político da educação.

Educar é também reinventar o mundo para que Auschwitz não se repita, para evitar que a banalidade do mal se naturalize e desumanize, a nós e ao mundo. É necessário reconhecer que a tarefa da educação para o século XXI é qualificar as crianças para o pensamento ético, afastando todas as suspeitas de enclausuramento da infância e da liberdade, em especial, das gerações que acabam de chegar ao mundo.

O caminho da aprendizagem e das transformações objetivas e subjetivas, enquanto intelectuais coletivos que somos, nos fazem acreditar que manter viva a memória e exercitar a reflexão crítica sobre o significado do nosso agir sobre o mundo é a melhor forma de enfrentar e neutralizar o poder regressivo da barbárie, cuja possibilidade de retorno se faz presente no interior da própria civilização.

REFERÊNCIAS

Arendt, H.(2018). Origens do totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.

Arendt, H. (2017). Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução Ana Corrêia da Silva. Lisboa: Itaca.

- Arendt, H. (2016a). A condição humana. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H (2016b). Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Adorno, T. W. (2020). Educação após Auschwitz. In Educação e Emancipação. 3ª edição. Tradução Wolfgang Leo Mar. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Aragão, L.M.C.(2016). Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica Jürgen Habermas. Rio de Janeiro; tempo brasileiro.
- Assy, B.A.(2018). Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton. Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Bauman, Z. (2021). Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Badiou, A. (2018). Trump o del facismo democrático. Milano: Meltemi Editore.
- Benjamim, W. (2017). Sobre o Conceito de História. São Paulo: Boitempo.
- Bourdieu, P. (200&). A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva.
- Ezequiel, V.C. (2015). Discurso do medo e o ódio político na disputa eleitoral brasileira de 2014. Aurora, v. 8, n. 23.
- Foucault, M. (2021). Microfísica do poder. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra Graal.
- Kant, I. (2019). Fundamentação da metafísica dos costumes. Trad. Lourival de Queiroz Henkel. 1 ED. Rio de Janeiro: Martin Claret.
- Hobbes, T. (2020). Leviatã. Tradução João Paulo Monteiro. Clube de Autores. São Paulo: Nova Cultural.
- Habermas, J. (2019). A ética da discussão e a questão da verdade. Organização e introdução de Patrick Savidan. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes - POD.
- La Boétie, É. (2017). Discurso Sobre a Servidão Voluntária. Trad. Layment Garcia dos Santos. São Paulo: Edipro.

- LEVINAS. E.(1999) Descobrimo a existência com Husserl e Heidegger. (1949). Trad. Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget.
- Levitsky, S.& Ziblatt, D. (2018). Como as Democracias Morrem. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (2016). O homem unidimensional: A ideologia na sociedade industrial. Trad. G. Rebuá. Rio de Janeiro: Edipro.
- Nunes, B.(2017). Heidegger & Ser e o Tempo. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gasset, J.O. (2019). A rebelião das massas. Tradução de Marylene Pinto Michael. Revisão da tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Racy, Gustavo. (s/f). Entre Marx, KierKegaard e Benjamin: tese sobre a ideia de repetição na história; Cardenos Walter Benjamin, V. 22, São Paulo.
- Souza, J. (2018). Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro. Leya.
- Thompson, J.B. (2018). Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis, Vozes.
- Weber, Max. (2017). Ciência e política: duas vocações. Prefácio de Manoel T. Berlinck. São Paulo, Cultrix.